

Sem dinheiro, reformulação de programas sociais empaca

A reformulação de programas sociais de gestões petistas é alvo de embate entre a ala política e a equipe econômica do governo Bolsonaro, envolvendo, principalmente, a falta de dinheiro. Um exemplo é o programa habitacional Minha Casa Minha Vida, que deve ganhar nova identidade, diretrizes e faixas de renda distintas das existentes hoje. **Poder A4**

Sem consenso, reforma de programas sociais empaca no governo Bolsonaro

Plano para colocar marca do presidente em vitrines de gestões do PT esbarra em falta de dinheiro e embates entre alas política e econômica

Danielle Brant e
Thiago Resende

BRASÍLIA A reformulação de programas sociais de gestões petistas, anunciada pelo governo, é alvo de embate entre as alas política e econômica da equipe de Jair Bolsonaro, envolvendo, principalmente, a falta de dinheiro.

O plano é reverter a avaliação de que Bolsonaro não tem ações para a área social. O presidente tem baixa popularidade em regiões do Norte e Nordeste, redutos tradicionalmente petistas.

Desde a campanha eleitoral, o argumento é que os programas apresentam falhas que precisam ser corrigidas. Mas, após um ano de mandato, o plano de colocar a digital do presidente em marcas dos governos Lula e Dilma Rousseff como Minha Casa Minha Vida, Bolsa Família e Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) ainda esbarra em indefinições entre ministérios.

No fim de 2019, Bolsonaro conseguiu viabilizar a promessa de pagar a 13ª parcela aos beneficiários do Bolsa Família, mas, para isso, teve de remanejar parte da verba que estava prevista para aposentadorias e pensões.

Nos três principais projetos, a gestão Bolsonaro tem como estratégia tentar des-

sociadas a governos petistas. Em alguns casos, até os nomes devem mudar.

Um exemplo é o Minha Casa Minha Vida. O maior marco da área habitacional deve ganhar nova identidade, diretrizes reformuladas e faixas de renda distintas das existentes hoje.

Atualmente, o grande gargalo do programa é a faixa 1, que tem 90% do valor do imóvel subsidiado pelo governo e é voltado para famílias com renda mensal de até R\$ 1.800.

Durante o ano passado inteiro, esse segmento sofreu com atrasos nos repasses a construtoras. Como reflexo, o número de imóveis construídos despencou: até novembro, 54,5 mil unidades tinham sido entregues. Em 2018, as entregas na faixa 1 somaram 153.273 unidades.

Com exceção de 2009 e 2010, quando o programa estava engatinhando, o pior ano até agora era 2017, com mais de 100 mil unidades concluídas. O Minha Casa Minha Vida apresentou, portanto, o pior desempenho na cobertura da população mais pobre em oito anos.

Além dos atrasos, a inadiplência elevada é outra marca do segmento voltado a famílias pobres. Até outubro, o índice estava em 34,1% —no mercado, gira em torno de 1,5%, segundo dados do Banco Central. Em 2018 e

2017, encostou em 37%.

Ainda não há consenso sobre o formato do novo Minha Casa Minha Vida, apesar de as discussões estarem ocorrendo desde o início do governo.

Inicialmente, a intenção era apresentar a reformulação em julho de 2019. O prazo passou para dezembro, mas foi novamente adiado para 2020, sem data marcada.

O formato final ainda gera discussões. Os Ministérios do Desenvolvimento Regional e da Economia divergem sobre como mantê-lo em pé sem grandes aportes do Orçamento da União.

700 mil famílias

aproximadamente estão na fila de espera para entrar no programa

R\$ 191,08

foi o valor médio do benefício em novembro

As soluções negociadas passariam por doação de terrenos de prefeituras e pela adoção de voucher de construção para quem quiser comprar, construir ou reformar um imóvel —aqui, a faixa de renda familiar seria reduzida para R\$ 1.200. Os custos operacionais seriam descontados do valor do voucher —em torno de R\$ 60 mil.

Na dúvida sobre o novo formato, o governo cortou à metade o valor para o programa no Orçamento de 2020.

Para José Carlos Martins, presidente da CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção), não dá nem para pagar a conta neste ano.

Ele também desconfia do discurso do ministro Gustavo Canuto (Desenvolvimento Regional), que afirma que os R\$ 2,23 bilhões previstos no projeto de lei orçamentária são suficientes para pagar os contratos da faixa 1.

“O ministro falou o ano todo [2019] que o pagamento estava em dia neste ano, e não estava”, diz Martins.

Continua na pág. A6

Bolsonaro desmonta programas que foram marco de gestões petistas

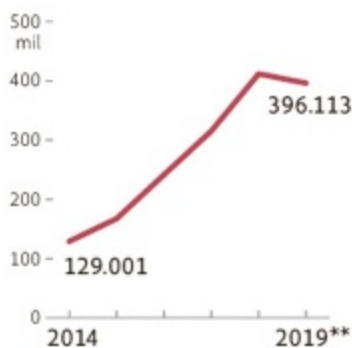
Minha Casa Minha Vida tem menos verbas, e governo planeja mudança

Em R\$ bilhões

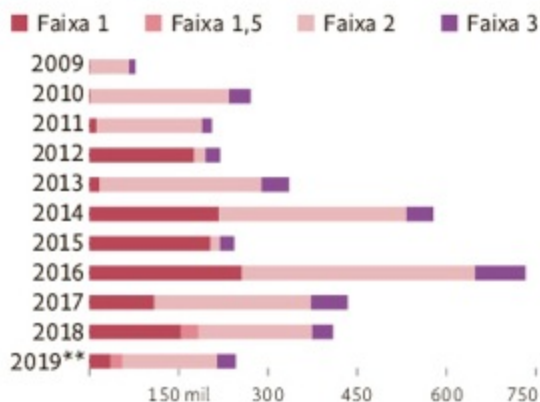
■ Orçamento atual ■ Liquidado



Número de inadimplentes (atraso acima de 90 dias)



Unidades entregues



Como é hoje

Programa tem quatro faixas

Renda familiar

Faixa 1	Até R\$ 1.800
Faixa 1,5	Até R\$ 2.600
Faixa 2	Até R\$ 4.000
Faixa 3	Até R\$ 9.000

Como pode ficar

• Governo estuda parceria entre União e prefeituras para doação de terrenos, o que diminuiria os custos das construtoras

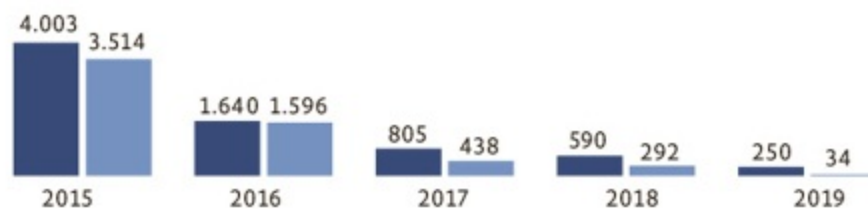
• Outra proposta em análise é a distribuição de vouchers de até R\$ 60 mil para famílias com renda até R\$ 1.200. O voucher seria usado para compra, construção ou reforma da casa própria

• A reformulação do programa estava prevista para 2019, mas há divergências em relação à operacionalização

Pronatec perdeu recursos

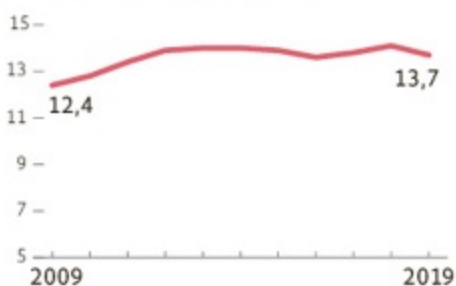
Em R\$ milhões

■ Previsto em projeto de lei ■ Empenhado

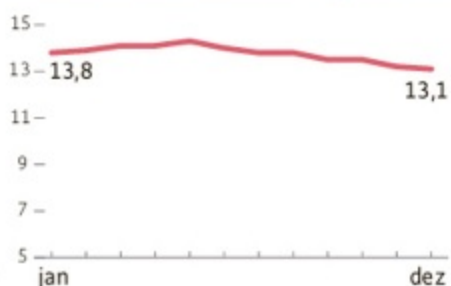


Número de famílias atendidas pelo Bolsa Família caiu

Média de famílias atendidas, em milhões



Número de famílias atendidas em 2019, em milhões



*Até meados de dezembro

**Até outubro

Fontes: Ministério do Desenvolvimento Regional, Ministério da Cidadania, Ministério da Educação e Consultoria de Orçamento do Congresso

Sem consenso, reforma de programas sociais empaca no governo Bolsonaro

Continuação da pág. A4

Em nota, o Ministério do Desenvolvimento Regional atribuiu os atrasos nos repasses para construtoras que atuam na faixa 1 ao cenário de restrições orçamentárias enfrentado pelo país durante 2019.

Disse também que a redução no número de unidades entregues está associada à diminuição do volume de recursos aplicados ao longo dos anos, em trajetória de queda iniciada em 2016. A pasta afirmou que sua equipe técnica, bem como as do Ministério da Economia, da Casa Civil e da Caixa Econômica estão dedicadas à reformulação do programa habitacional.

“O objetivo é assegurar que os recursos públicos — Orçamento Geral da União — sejam aplicados de forma mais eficiente para garantir moradia digna às famílias que mais precisam — as de baixa renda — e em consonância com as necessidades habitacionais regionais”, diz, na nota.

No Bolsa Família, as discussões sobre um novo formato também geram dúvida.

Os beneficiários são famílias

com renda mensal por pessoa de até R\$ 89, ou de até R\$ 178 se houver crianças ou adolescentes de até 17 anos. A média do valor recebido por família é de R\$ 191,08, segundo os dados de novembro.

O anúncio da reformulação ficou para este ano, apesar de o núcleo político do Palácio do Planalto ter insistido em apresentar essa agenda positiva no fim do ano passado.

O governo deseja ampliar o programa, mas enfrenta dificuldades financeiras. Não há consenso sobre como conseguir ampliar a cobertura e as transferências de renda.

O Orçamento deste ano já está no limite do teto de gastos — medida que impede aumento das despesas públicas acima da inflação. A ampliação teria de ser compensada com corte em outra área.

Sem dinheiro, o Bolsa Família enfrentou um processo de enxugamento no primeiro ano sob Bolsonaro. O governo passou a controlar a entrada de novos beneficiários por falta de recursos.

A fila de espera para receber o pagamento — que se forma após 45 dias sem resposta para o pedido — supera a mar-

ca de 700 mil famílias. Oficialmente, o governo tem se recusado a apresentar dados sobre o enxugamento nas transferências de renda para a população mais pobre.

“Antes de uma reformulação, há vários ajustes a serem feitos. O número de beneficiários e o valor do benefício, por exemplo. O ajuste fiscal precisa ser feito, mas não dessa forma, em cima dos pobres”, diz o economista **Marcelo Neri, diretor da FGV Social**.

Com a barreira criada, a cobertura do programa vem recuando mês a mês, após atingir o auge em maio (14,1 milhões de famílias). Em dezembro, foi a menor do ano (13,1 milhões).

Criado em 2004, esse é o carro-chefe dos programas sociais do governo federal e atende a pessoas extremamente vulneráveis.

Procurado, o Ministério da Cidadania não respondeu sobre a reformulação e o enxugamento do programa.

Outro projeto com marca petista é o Pronatec, que vem

sendo criticado pelo time do presidente Jair Bolsonaro desde o início do governo.

Em funcionamento desde 2011, seu objetivo é ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país.

Mas, em 2019, o programa foi deixado de lado. O orçamento do Pronatec era de R\$ 250 milhões. Até meados de dezembro, R\$ 33,95 milhões foram empenhados.

Com o discurso de que o formato atual do Pronatec não tem o efeito devido no mercado de trabalho, o governo lançou uma seleção de empresas de qualificação profissional para receber remuneração de acordo com a efetiva empregabilidade dos alunos formados.

Mas isso foi feito em um projeto-piloto de R\$ 3,2 milhões para atender 800 pessoas. Enquanto isso, o Pronatec perde espaço no Orçamento público.

Em nota, o MEC diz ter recebido R\$ 175 milhões de limite de empenho na ação. Desse total, afirma ter destinado R\$ 54 milhões ao Pronatec. “O restante foi remanejado para ações prioritárias da educação básica, como o Programa Nacional do Livro Didático”, afirma o ministério.



Beneficiários do programa Bolsa Família em Manaus

Marcio Melo - 20.mai.16/Folhapress